

ORGANIZAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS DIGITAIS DE ARQUIVOS PESSOAIS NAS NUUVENS

Hélio Márcio Pajeú

Doutor em Linguística

Professor do Departamento de Ciência da Informação
Universidade Federal de Pernambuco

heliopajeu@gmail.com

Rhayza Rodrigues Moura

Graduado em Biblioteconomia

Curso de Biblioteconomia
Universidade Federal de Pernambuco

rbayzarm@gmail.com

David Oliveira de Carvalho

Mestre em Ciência da Informação

Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação
Universidade Federal de Pernambuco

david.olicarvalho@gmail.com

Relato de Pesquisa

Resumo

Apresenta aspectos teóricos e contemporâneos acerca da organização da informação e a constante produção exponencial de informações e documentos, propondo, a partir disso, à luz dos princípios teórico-metodológicos arquivísticos, um quadro de arranjo para documentos digitais de arquivo pessoal. Trata-se de uma pesquisa descritiva que se caracteriza tanto como aplicada quanto intervencionista por propor uma resolução a um problema concreto. Quanto aos meios, a pesquisa se caracteriza como estudo de caso e bibliográfica. Efetivamente foram realizadas etapas de classificação e organização do acervo que consistiram em: identificar as tipologias documentais existentes; analisar seus conteúdos e seu contexto de produção; empregar procedimentos de classificação adequados coerentes com a teoria arquivística; propor uma forma de arquivamento em quadro de arranjo; e migração do suporte documental para mídia alternativa com maior condição de preservação. O serviço em nuvens aliado à estruturação do quadro de arranjo permitiu considerável melhora na busca e recuperação dos documentos, que passaram a ser encontrados com precisão e rapidez. O estudo tende a contribuir para a sensibilização do entendimento de que a adoção de métodos arquivísticos é necessária à organização dos documentos produzidos e acumulados por indivíduos no âmbito particular.

Palavras-chave

Arquivo pessoal. Classificação arquivística. Documento digital. Preservação digital. Quadro de arranjo.

1 INTRODUÇÃO

A expansão dos microcomputadores e a disseminação das tecnologias de informação potencializaram a produção de documentos eletrônicos que passou a ser, além de uma atividade do âmbito governamental e político, das instituições públicas ou das empresas privadas, uma prática crescente na esfera pessoal e particular, na qual cada indi-

víduo tornou-se também produtor de documentos.

A década de 1980 trouxe consigo a proliferação dos documentos eletrônicos, como resultado do que Rondinelli (2005) aponta como sendo as duas grandes novidades trazidas nesse período, quais sejam: os computadores pessoais e as redes de trabalho. Tais novidades aliadas ao advento da tecnologia em rede, que evoluiu das redes locais para as regionais e globais, são consi-

deradas como um marco inicial da chamada era da informação eletrônica.

Segundo Schelenberg (2006), outro fator que muito contribuiu para essa explosão documental foi o aumento da população mundial, que cresceu abruptamente nos últimos 150 anos. O avanço tecnológico, propiciador dos materiais necessários à existência humana, é o mesmo que propiciou o aumento do volume da massa documental – por meio da aplicação de tecnologias modernas no preparo de documentos - que nas últimas décadas, atingiu altos índices.

Acompanhando o crescimento e a variedade dos tipos de recursos informacionais, a massa documental gerada por indivíduos na esfera particular reflete suas atividades cotidianas, sejam elas resultantes de suas atividades profissionais, formação acadêmica ou elementar, ou fruto dos seus gostos pessoais. Sendo, portanto, objeto de memória pessoal e familiar, daquilo que por valor afetivo ou funcional merece ser guardado em longo prazo e ordenadamente para futura recuperação, acesso e uso.

As formas atuais de se acumular, produzir, transferir e usar informações resultaram em documentos de natureza eletrônica, que comportam conteúdos que outrora predominavam em suportes físicos. Fotografias, vídeos, músicas, textos, livros, apostilas passaram a ser veiculados dessa maneira, resultando numa dispersão crescente de arquivos em microcomputadores, surgindo daí a necessidade da aplicação de métodos arquivísticos para a organização da massa documental no orbe eletrônico.

No universo dos documentos digitais, nesse trabalho, adotou-se como *corpus* o conjunto documental de um indivíduo, na intenção de aproximar-se do contexto problemático de organização da informação, analisar o montante e propor alternativas viáveis de resolução.

Quanto a esses documentos, trata-se de suportes DVDs resultados de *backups* contínuos realizados para que documentos importantes, principalmente fotografias e vídeos, não fossem perdidos. Tendo em vista que quando necessário é preciso examinar um a um, além da vulnerabilidade do

suporte que já provocou a perda de alguns documentos, percebeu-se essencial o tratamento de todos esses arquivos para que nada de importante fosse perdido e se tornasse preservado e futuramente recuperável.

Esta primeira identificação permitiu conhecer as principais tipologias documentais e compreender que muitos desses documentos já não eram mais úteis, ocupando espaço junto a outros de valor permanente; permitindo, também, a percepção de que o suporte já vem ficando obsoleto e não adequado à preservação em longo prazo no acervo de uma pessoa comum. Daí surge a indagação que neste estudo se adota como problema de pesquisa: *como organizar a grande quantidade de documentos pessoais em mídias alternativas seguindo os procedimentos teórico-metodológicos arquivísticos?*

Por meio do estudo de caso e do levantamento bibliográfico realizados fundamentou-se a resolução e a proposição, à luz dos princípios teórico-metodológicos arquivísticos, um quadro de arranjo para documentos pessoais digitais, o que arquitetou o objetivo geral deste trabalho.

2 ARQUIVO E DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO ELETRÔNICO/DIGITAL

O conhecimento científico está inserido nas relações históricas e culturais (gênese e aplicabilidade cotidiana), tendo os seus paradigmas e conceitos reformulados no tempo histórico, implicando, também, na literatura arquivística, nas terminologias e conceitos acerca de “arquivo” e “documento arquivístico”, o que leva a refletir também sobre a “natureza arquivística” e o conceito de “documento eletrônico”.

O desenvolvimento do conceito de arquivo resulta de um acúmulo de conhecimentos e reflete uma conjuntura epistemológica. A matriz comum (“tradicional”) é a definição dos arquivistas holandeses, que após a evolução tecnológica das últimas décadas do século XX, tem passado por uma espécie de releitura baseada em novos parâmetros (SOUSA, 2009).

A concepção elaborada pelos portugueses é considerada a primeira tentativa de mudança nesse sentido, por propor uma ampliação da natureza do arquivo. Segundo eles, o arquivo é

[...] um sistema (semi-) fechado de informação social materializada em qualquer tipo de suporte, configurado por dois fatores essenciais - a natureza orgânica (estrutura) e a natureza funcional (serviço/uso) - a que se associa um terceiro - a memória - imbricado nos anteriores. (SILVA et. al., 1999, p. 214 apud SOUSA, 2009, p.106).

Adota-se nesta pesquisa esta definição de arquivo.

No Dicionário de Terminologia Arquivística, das autoras brasileiras Camargo e Belotto (1996), a definição de arquivo é a de

Conjunto de documentos que, independentemente da natureza ou do suporte, são reunidos por acumulação ao longo das atividades de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas. (CAMARGO; BELOTTO, 1996).

Ambos os sentidos legitimam a natureza arquivística dos documentos em estudo nesta pesquisa, a qual também se apoia na definição de documento arquivístico do Comitê de Documentos Eletrônicos do Conselho Internacional de Arquivos (CIA) como sendo:

[...] a informação registrada, independente da forma ou do suporte, produzida ou recebida no decorrer da atividade de uma instituição ou pessoa e que possui conteúdo, contexto e estrutura suficientes para servir de evidência dessa atividade. (COMMITTEE ON ELECTRONIC RECORDS, 1997, p. 22 apud RONDINELLI, 2005, p.46-47).

A aparição do termo evidenciado no conceito da CIA é devido à influência da diplomática, área do conhecimento de cuja evolução emergiu a Arquivologia, e que vê os documentos como fonte de prova dos fatos. Para arquivos pessoais o termo não

deixa de ser coerente, pois revela que os documentos produzidos e acumulados por indivíduos também são testemunhos de suas vidas, de suas atividades, suas memórias.

O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística define o documento digital como aquele “codificado em dígitos binários, acessível por meio de sistema computacional” e o documento eletrônico como

[...] gênero documental integrado por documentos em meio eletrônico ou somente acessíveis por equipamentos eletrônicos, como cartões perfurados, disquetes e documentos digitais. (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 75).

Segundo Paes (2004), eles também podem ser classificados como arquivos especiais por serem formas documentais surgidas em decorrência da tecnologia moderna, como fotografias, microformas, discos, fitas áudio e videomagnéticas e todos os produtos dos sistemas de computador, em distinção aos documentos tradicionais em papel.

Não é simplesmente um novo suporte para o registro de informações originadas das funções e atividades das instituições; ele tem características próprias, que impõem a definição de modos específicos de criá-lo, classificá-lo, avaliá-lo, descrevê-lo e de atestar sua autenticidade. (SOUSA, 2009, p. 81).

Sob a influência da análise diplomática, que identifica os documentos por meio de seus constituintes formais e não pela informação que transmitem, Rondinelli (2005) apresenta os documentos contemporâneos, representados pelos documentos eletrônicos, como detentores dos seguintes elementos: suporte, conteúdo, gênero (ou estrutura), ação, pessoas, relação orgânica e contexto. O suporte é a característica diferenciadora dos documentos eletrônicos em relação aos tradicionais (impressos), pois nesses últimos o suporte é parte inseparável do documento e nos primeiros é apenas seu carregador físico. Assim, o suporte (magnético ou óptico) é uma parte separada do conteúdo. O conteúdo é a mensagem fornecida pelo documento, registrada num suporte fixo.

Já a forma e gênero (ou estrutura) diz respeito à maneira como o documento se manifesta em seu modo físico e intelectual: a forma física são os atributos que conferem ao documento sua forma externa, por exemplo, tamanho da fonte, formato, cores, idioma, sinais especiais e todo contexto tecnológico que permeia o documento; e a forma intelectual corresponde às características que representam as ações que levaram à criação do documento arquivístico, bem como seu contexto administrativo e documentário, por exemplo, o tipo de representação do conteúdo, (se textual, imagética, sonora ou todas ao mesmo tempo) à articulação do conteúdo e anotações.

A ação é o ato que gera o documento, sendo por isso seu componente central. As pessoas são os sujeitos, entidades físicas e jurídicas, geradores do documento. A relação orgânica é um princípio arquivístico, segundo o qual o documento arquivístico se constitui num complexo de documentos que mantém uma relação entre si, sendo resultantes de uma mesma atividade. O contexto corresponde ao ambiente no qual a ação geradora do documento se desenrola.

Com a identificação dos elementos constitutivos do documento eletrônico, elaborou-se o Quadro 1 que associa cada um deles à realidade e às características dos arquivos que compõem o *corpus* desta pesquisa.

Quadro 1 - Identificação dos elementos constitutivos dos documentos eletrônicos com os documentos do arquivo em estudo

Suporte	DVDs de dados (óptico).
Conteúdo	Mensagem transmitida pelo documento, informação, dados.
Gênero	Documento audiovisual, iconográfico, sonoro, textual, jogos.
Ação	Profissional, acumulação, memória, estudo.
Pessoas	Sujeito produtor, acumulador.
Relação orgânica	Entretenimento, memória, trabalho, formação acadêmica, estudo.
Contexto	Doméstico, trabalho, faculdade, pessoal.

Fonte: os autores (2016).

O advento do documento eletrônico provocou uma onda de revisão terminológica e surgimento de novos paradigmas na Arquivologia com foco no conceito de “documento arquivístico” frente às novas tecnologias da informação bem como a produção de documentos na esfera pessoal, o que modificou os modos de produzir e preservar os documentos de arquivo de valores primário e secundário.

3 ARQUIVOS PESSOAIS: SEU LUGAR NA ARQUIVOLOGIA

Os arquivos podem ser classificados levando em consideração o aspecto sob o qual são estudados: as entidades mantenedoras, os estágios de sua evolução, a extensão de sua atuação e a natureza dos documentos. Dentro do primeiro aspecto, entidades mantenedoras, eles são subdivididos em decorrência das

características das organizações que os produzem, podendo ser públicos, institucionais, comerciais, familiares ou pessoais (PAES, 2004).

Quanto aos documentos pessoais do *corpus* adotado, que são eletrônicos em suporte óptico, o grau de complexidade ainda sugere desafio à adoção dos princípios tradicionais da Arquivística e na busca de um método de classificação coerente com sua natureza.

É importante salientar que apenas em 1928 surge a primeira alusão a arquivos constituídos por indivíduos, no manual de Eugenio Casanova, arquivista italiano, quando o mesmo define arquivos como:

[...] acumulação ordenada de documentos criados por uma instituição ou pessoa no curso de sua atividade e preservados para a consecução de seus objetivos políticos, legais e culturais, pela referida

instituição ou pessoa. (CASANOVA, 1928, p. 9 apud SCHELLENBERG, 2006, p. 37).

A discussão de natureza metodológica que envolve os arquivos pessoais deriva do fato de eles terem sido mencionados tardiamente nos manuais de Arquivologia, que representam o embasamento teórico e conceitual da disciplina como um campo autônomo do conhecimento. Desde a publicação, em 1898, do Manual de arranjo e descrição de arquivos, pelos holandeses S. Muller, J. A. Feith e R. Fruin, até meados do século XX, que a literatura arquivística dedica-se à organização de documentos produzidos por instituições públicas. Sendo, portanto, o padrão metodológico, elaborado com base nos arquivos públicos, aplicado a todos os conjuntos documentais, inclusive aos pessoais e, mais recentes e escassas as referências bibliográficas sobre eles.

A despeito de arquivo pessoal, Bellotto (2006, p. 266) define como:

Conjunto de papeis e material audiovisual ou iconográfico resultante da vida e da obra/atividades de estadistas, políticos, administradores, líderes de categorias profissionais, cientistas, escritores, artistas etc. Enfim, pessoas cuja maneira de atuar, agir, pensar e viver possa ter algum interesse para as pesquisas nas respectivas áreas onde desenvolveram suas atividades; ou ainda pessoas detentoras de informações inéditas em seus documentos que, se divulgadas na comunidade científica e na sociedade civil, trarão fatos novos para as ciências, a arte e a sociedade.

No entanto, esta é ainda uma definição que segue a “matriz pública” dos manuais, embora abranja documentos em diversos suportes, deixa claro como o lugar dos arquivos pessoais na Arquivologia permanece atrelada à ideia do interesse público, à ideia de que mesmo sendo pessoais devam fornecer informações à sociedade pelo seu valor histórico, científico ou cultural decorrente da atividade exercida pelo indivíduo produtor dos documentos.

No que tange aos estudos sistematizados que aplicam procedimentos metodológicos arquivísticos a esse tipo de realidade documental (documentos pessoais), esta pesquisa adequou os princípios arquivísticos à realidade analisada.

Os arquivos pessoais deveriam ser tratados obedecendo aos princípios arquivísticos direcionados a qualquer outro tipo de arquivo, levando em consideração, portanto, sua função probatória original, que representasse o modo pelo qual alguém opera suas atividades (CAMARGO, 2009).

3.1 Arquivos pessoais e a preservação da memória

O conceito de arquivo que melhor representa a natureza dos documentos estudados nesta pesquisa é o elaborado pelos portugueses, que compreende os fatores “natureza orgânica” e “natureza funcional” ligados à memória, os critérios essenciais que conferem *status* arquivístico aos documentos. No entanto, talvez nesse ponto resida um grande impasse metodológico ao tratar dos documentos pessoais, pois nos fundamentos consagrados da área o caráter acumulador natural, que é a organicidade, é um dos que confere natureza arquivística aos documentos. Mas no caso de documentos acumulados por indivíduos há uma linha muito tênue entre o que foi acumulado naturalmente e a intencionalidade dessas ações.

Para Schellenberg (2006), o que caracteriza um tipo de coleção, natural ou orgânica, é a maneira pela qual o material documentário vai se formando, seguindo o curso dos negócios, da vida e das atividades de entidades privadas, individuais ou coletivas. Contudo, nos acervos pessoais geralmente encontra-se um misto de ações involuntárias e intencionais na produção e acumulação de arquivos.

A despeito do aspecto intencional, o artigo intitulado “*Evidence of me*” (Provas de mim) de Sue McKemmish, escrito em 1996 e revisto recentemente pela autora devido ao contexto atual de epidemia das “narrativas do *self*” retratadas em *blogs*, páginas do

Facebook ou no *YouTube*, que são as histórias que as pessoas contam sobre si mesmas, revelando uma necessidade primitiva e inerente à condição humana de registrar rastros e “provas de si” como um tipo de testemunho. McKemmish (2013) apoia a afirmação de que o impulso de arquivar e constituir memória por meio dos documentos é um desejo que arde em cada um de nós no mundo contemporâneo.

4 ORGANIZAÇÃO DE ARQUIVOS PESSOAIS

Propor um esquema de classificação para arquivos pessoais é desafiador diante da escassa literatura acerca do assunto, bem como devido ao lugar secundário que ocupou por muito tempo nas discussões da Arquivística. Em seu artigo intitulado *O indivíduo fora do lugar*, Luciana Heymann (2009, p. 41) afirma, ao revelar o lugar periférico que os documentos pessoais ocuparam na história da disciplina, que os

[...] conjuntos de documentos de natureza pessoal nunca foram objeto privilegiado de investimento por parte da disciplina arquivística, o que deixa aberto um campo fértil para a investigação da singularidade desses acervos em face de outros tipos de configurações documentais. (HEYMANN, 2009, p. 41).

Mas a Arquivística contemporânea tem se preocupado com esses desafios, mostrando que a organização de documentos, representada pelos esquemas de classificação (como planos de classificação e quadros de arranjo), é a solução ao lidar com o problema de grandes massas documentais que são produzidas diariamente por instituições e indivíduos.

Para a implantação de um quadro de arranjo dos documentos encontrados em nosso *corpus* foram desenvolvidos alguns procedimentos, quais sejam: identificar as tipologias documentais existentes; analisar seus conteúdos e seu contexto de produção; empregar, de acordo com a metodologia de organização arquivística, procedimentos de classificação adequados; propor uma forma

de arquivamento relacionada ao quadro de arranjo; por último, migrar o suporte documental para nuvem que ofereça melhores condições de preservação digital.

4.1 A classificação para o fazer arquivístico

De acordo com Janice Gonçalves (1998, p. 12), o objetivo da classificação na Arquivística é basicamente “dar visibilidade às funções e às atividades do organismo produtor do arquivo, deixando claras as ligações entre os documentos”. A autora ainda afirma que a classificação é uma construção lógica:

A partir da análise do organismo produtor de documentos de arquivo, são criadas categorias, classes genéricas, que dizem respeito às funções/atividades detectadas. (GONÇALVES, 1998, p. 12).

A classificação é considerada a matriz do fazer arquivístico. No entanto, para autores como Sousa (2009) o termo ainda se mostra impreciso na literatura arquivística, necessitando de um novo marco referencial e, portanto, tem passado por uma revisão em busca de um diálogo com outras áreas que possa oferecer um enriquecimento teórico-metodológico capaz de enfrentar os desafios advindos da grande massa de documentos acumulados cotidianamente por indivíduos e organizações, pela disseminação das novas tecnologias e pelo desenvolvimento social, que trouxe à tona a figura do cidadão.

Na prática empírica do fazer arquivístico, ocorrem casos de importação metodológica de outras áreas do conhecimento. Isso é muito criticado, pois a importação sem critérios de outras áreas, como a Biblioteconomia e a Historiografia, chega a dificultar o desenvolvimento de uma função tão crucial e própria para a área, que é a classificação.

Para Sousa (2009, p. 83), é possível construir esquemas de classificação pautados nos princípios próprios da Arquivologia junto aos conceitos e preceitos da classificação desenvolvidos pela Filosofia e

pela Teoria da Classificação e que o fazer arquivístico muito ganharia com isso, pois diante de situações novas e complexas a área teria mais do que se valer além de um escasso ferramental teórico tradicional, baseado nos princípios clássicos dos fundos e da ordem original. O autor ressalta que “o conceito de classificação não é estranho à literatura arquivística [...] Entretanto, a presença não garantiu uma verticalização teórica sobre o mesmo”. E ainda afirma que

A classificação, que a Lógica define como a distribuição de indivíduos em grupos distintos, de acordo com caracteres comuns e caracteres diferenciadores, aparece na literatura arquivística cindida em dois outros conceitos: classificação e arranjo. (SOUSA, 2009, p. 81).

De fato, a literatura arquivística acentua a distinção entre os dois conceitos. Gonçalves é bem clara ao distinguir classificação de arranjo:

No meio arquivístico brasileiro, foi consagrada a distinção entre “classificação” e “arranjo”. De acordo com tal distinção, “classificação” corresponderia às operações técnicas destinadas a organizar a documentação de caráter corrente, a partir da análise das funções e atividades do organismo produtor de arquivos. Por seu turno, o “arranjo” englobaria as operações técnicas destinadas a organizar a documentação de caráter permanente. (GONÇALVES, 1998, p. 11).

Todo esse processo é concretizado com a elaboração de um Plano de Classificação, esquema pelo qual as classes e subclasses são representadas hierarquicamente. Para documentos de valor permanente tal esquema é denominado de quadro de arranjo. Mas na prática, ambos funcionam de maneira similar ao traduzir visualmente as relações hierárquicas e orgânicas entre as classes definidas para a organização da documentação. (GONÇALVES, 1998).

O processo classificatório na Arquivologia é formado por algumas etapas que correspondem aos seguintes conceitos: classificação, ordenação, arquivamento,

codificação e instrumento de classificação. Cada etapa desse processo é de importância crucial e são entendidas da seguinte maneira: a “ordenação” como responsável pela disposição dos tipos documentais dentro das divisões estabelecidas pelos esquemas de classificação; o “arquivamento” como a prática de acondicionar ou armazenar os documentos em pastas ou caixas obedecendo à ordenação definida pelo esquema de classificação. A codificação como parte física do processo que visa a adoção de um método (alfanumérico, duplex, cronológico, decimal, etc.) para traduzir e aparelhar a estrutura hierárquica, facilitando as atividades de classificação; o instrumento de classificação, como uma representação estrutural (quadro/plano de classificação ou arranjo) no qual são dispostos espacialmente os níveis de classificação, estes, por sua vez, compreendem os conjuntos formados a partir das divisões determinadas no interior do conjunto documental (séries e fundos).

Apesar das contradições e discussões apresentadas, é consenso no meio arquivístico que a classificação (seja representada como plano de classificação ou como quadro de arranjo) é necessária à organização dos arquivos, pois constitui a chave do fazer arquivístico e

[...] sem a classificação, fica nebulosa a característica que torna os documentos de arquivo peculiares e diferenciados em relação aos demais documentos: a organicidade. Nenhum documento de arquivo pode ser plenamente compreendido isoladamente e fora dos quadros gerais de sua produção. (GONÇALVES, 1998, p.13).

Conforme Sousa (2009), a classificação deve ser realizada através da adoção de um princípio de classificação, que pode ter como critério a função, a proveniência, ou a ordem original dos documentos, e que torne possível os agrupamentos (semelhanças e diferenças) aplicados à divisão de um conjunto documental (fundo). Daí, os conjuntos documentais são detalhados em níveis de

classificação, que são chamados de séries na tradição arquivística.

4.2 O arquivo em estudo: documentos pessoais em DVDs de dados

Os documentos pessoais que compõem o *corpus* desta pesquisa foram gerados e acumulados num período de quatro anos e correspondem às atividades acadêmicas, profissionais e recreativas de um indivíduo. Foram registrados em suporte óptico (DVDs) como resultado de *backups* realizados constantemente para liberar a memória do computador utilizado por ele. O sujeito acumulador já esboçara nessas gravações uma ordem prévia, pela qual enumerara cada um dos DVDs e escrevera em cada disco alguns dos conteúdos principais que cada um deles contém. Ao acessá-los, verificou-se que havia muito mais conteúdo, incapaz de ser descrito no limitado espaço frontal do disco. Daí foram verificados os tipos documentais de uma parcela do total dos DVDs, em que foram encontrados documentos nos gêneros audiovisual, iconográfico, sonoro, textual, além de programas e jogos (*softwares*).

Os documentos estudados revelam características da acumulação obedecendo a uma ordem incerta e natural do curso das atividades, mas também revelam intencionalidade dos artifícios de memória, pois grande parte dos documentos identificados corresponde a fotografias e vídeos que refletem o desejo de preservar a memória pessoal e familiar do sujeito acumulador.

5 TRATAMENTO ARQUIVÍSTICO PARA DOCUMENTOS PESSOAIS

Esta pesquisa adota como referência as recomendações do *Manual de Organização de Arquivos Pessoais*, que reúne o conjunto de procedimentos adotados pelo Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz (DAD/COC) para identificação, arranjo e descrição de arquivos pessoais.

O Manual adverte para a particularidade de que há uma grande variedade de gêneros documentais nesses tipos de acervos e prevê também que:

A organização de um arquivo pessoal compreende as atividades de identificação, arranjo, descrição, codificação, além da guarda ordenada dos documentos que o compõem. (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2015, p. 22).

Para classificação dos arquivos pessoais sob sua custódia, o DAD lança mão do princípio funcional, que pressupõe a construção de categorias representativas das funções e atividades em decorrência das quais os documentos foram produzidos e acumulados. Além disso, Lopez (2003) afirma que o documento pessoal é permanente por natureza, ressaltando que a tarefa arquivística precisa compreender o motivo da produção do documento para obter êxito.

Essas sustentações teóricas nortearam a escolha do princípio de classificação aplicado no arquivo em estudo, que é o da funcionalidade, e da escolha do quadro de arranjo como instrumento de classificação por ser o mais difundido na literatura para o tratamento de documentos de valor permanente.

5.1 Identificação (análise da tipologia documental)

A etapa de identificação diz respeito à verificação da maneira pela qual o arquivo se relaciona ao seu produtor.

A identificação dos documentos de arquivo é o primeiro passo para sua organização e guarda adequada. Na identificação, é fundamental que tenhamos como referência os elementos característicos dos documentos. (GONÇALVES, 1998, p. 15).

Conforme o Manual do DAD, a identificação ocorre por meio de duas atividades integradas: identificação do contexto em que o arquivo foi formado e identificação dos próprios documentos; é

uma adaptação para a realidade dos arquivos pessoais da metodologia de identificação recomendada para arquivos institucionais.

Neste estudo tal adaptação ocorreu da seguinte forma: primeiramente, após tomar conhecimento das atividades geradoras dos documentos, foi feito um agrupamento baseado nas principais funções exercidas por eles dentro do conjunto (fundo); concomitante a esta análise foram identificados as espécies e tipos documentais integrantes do acervo, tais documentos foram elencados, relacionando-os a cada função maior, correspondente às classes, para elaboração do produto final desta pesquisa, o quadro de arranjo.

5.2 Arranjo

O agrupamento realizado na etapa de identificação dá sustentação ao arranjo funcional proposto ao arquivo em estudo, pois o quadro de arranjo é o resultado da análise do contexto no qual os documentos foram originados – representado por classes (grupos) – e a identificação das tipologias documentais – representadas pelas séries e subséries.

O quadro de arranjo é baseado nas categorias propostas por Santos (2012). Nele, o primeiro nível de classificação, que corresponde às principais funções desenvolvidas pelo produtor do arquivo, recebe o nome de *grupo*. Os grupos são passíveis de subdivisões, constituindo assim os subgrupos, que, por seu turno, expressam, de maneira geral, as atividades desenvolvidas pelo indivíduo em determinada função. Por conseguinte, esse foi o modelo de esquema de arranjo adotado no arquivo em questão.

Do quadro de arranjo elaborado (exemplo nesta subseção), o grupo é representado pela função maior *Vida Profissional*. Como o dono do arquivo exerce a profissão de professor de Ensino Fundamental e Médio, além de lecionar em cursinho pré-vestibular, foram encontrados, na etapa de identificação, muitos materiais referentes a planos de aulas, aulas em *Powerpoint*, provas e exercícios que estavam

dispersos em meio a outros tipos de documentos.

Dentro do grupo maior *Vida Profissional*, encontra-se a classe *Escola*, a qual comporta as subclasses, nas quais serão inseridas as séries de todas as espécies de documentos (aulas, planos de aula, avaliações, apostilas, material didático) feitas em função das atividades escolares e dos tipos documentais (por exemplo, aula de geografia, aula de história, prova de artes, prova de filosofia etc.). Esses tipos documentais, por representarem nível maior de detalhamento não são demonstrados explicitamente no quadro de arranjo, mas fazem parte da organização feita nas nuvens.

GRUPO 2 – Vida profissional

2.1 Escola

2.1.1 Planos de Aula

2.1.2 Aulas

2.1.3 Avaliações (Exercícios e Provas)

2.1.4 Apostilas

2.1.5 Material didático

5.3 Descrição

Segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, descrição é o

[...] conjunto de procedimentos que leva em conta os elementos formais e de conteúdo dos documentos para elaboração de instrumentos de pesquisa. (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 67).

A própria estrutura do arranjo permite vislumbrar a localização do documento desejado a partir da noção prévia de seu tipo e categoria. Portanto, a preocupação não foi descrevê-los, mas nomeá-los em suas respectivas pastas digitais e encontrá-los a partir das classes, séries e das tipologias. Ademais, a própria natureza digital do arquivo facilita a sua recuperação por serem organizados nas nuvens, sendo possível encontrá-los através de uma busca por qualquer uma das palavras que componham o nome do documento ou da pasta que o comporta.

A migração da mídia foi feita para o MEGA, serviço de computação nas nuvens

gratuito (pago se houver necessidade de expansão de espaço), que permite o armazenamento, a busca e a recuperação dos documentos digitais.

5.4 Codificação

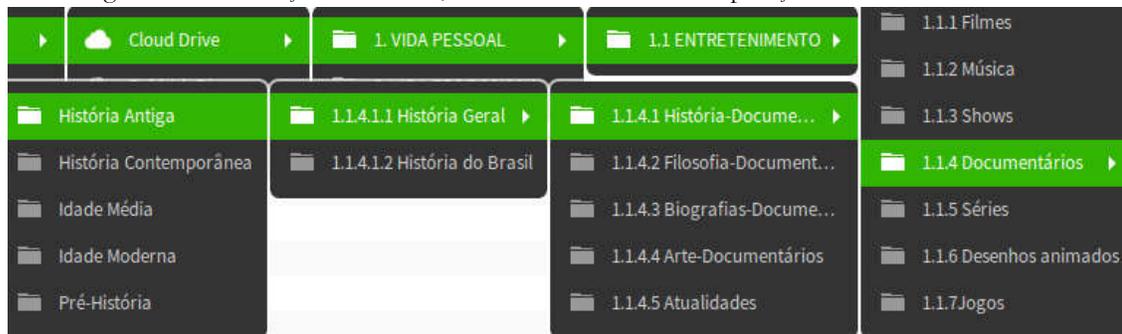
A codificação é uma parte física do processo de classificação que visa a adoção de um método de arquivamento (alfanumérico, duplex, variadex, decimal, etc.) para traduzir e aparelhar a estrutura hierárquica, facilitando as atividades de classificação. Resulta na escolha de algum símbolo que facilite a localização dos fundos, séries ou subséries de documentos dentro do acervo.

Para Paes (2004, p.126), esses símbolos

[...] podem ser puros, isto é constituídos apenas de números ou letras, ou mistos, com combinação de letras e números, sua escolha é meramente convencional.

Portanto, foi escolhido como codificação o símbolo numérico, em numeração progressiva da classe maior até a quinta subsérie (ver Figura 1). O símbolo funciona como um endereço físico ou um “número de chamada” que ajuda a localizar um documento dentro de um conjunto documental. Também pode ser utilizado no campo de busca da computação em nuvens, quando já se sabe a codificação da pasta de documentos procurada.

Figura 1 – Codificação das classes, subclasses e séries na computação em nuvens no MEGA



Fonte: os autores (2016).

A busca por um documentário de História de gosto pessoal, por exemplo, vai seguir esse caminho de localização, do grupo maior até a subsérie mais específica para localizar a tipologia documental desejada.

5.5 Arquivamento

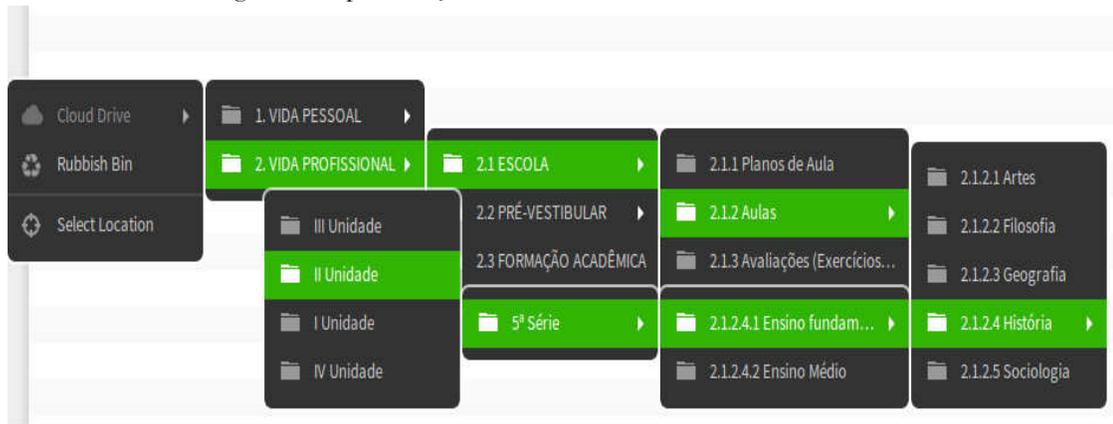
O arquivamento é uma tarefa de alto grau de importância por possibilitar diretamente que a função crucial dos arquivos, que é disponibilizar as informações contidas nos documentos para diferentes fins, seja concretizada, ocorrendo se os documentos estiverem devidamente classificados e guardados (PAES, 2004).

A forma de arquivamento proposta aos documentos em estudo foi,

primordialmente, a já implementada pelo produtor dos documentos: acondicionamento em porta-DVDs. Mas, como notadamente esse suporte não oferece boas condições de preservação em longo prazo, a migração do suporte para as nuvens se mostrou mais adequada.

A etapa do arquivamento, definida por Sousa (2009) como a prática de acondicionar ou armazenar os documentos em pastas ou caixas obedecendo a ordenação definida pelo esquema de classificação se deu neste trabalho no acondicionamento em pastas digitais e o armazenamento, a computação em nuvens. O esquema de classificação adotado foi o quadro de arranjo e a forma de arquivamento, portanto, seguiu sua estrutura, conforme a Figura 2.

Figura 2 – Apresentação das classes, subclasses e séries no MEGA



Fonte: os autores, 2016.

5.6 Preservação digital

As novas tecnologias da informação legaram um grande poder de produção e armazenamento de documentos. No entanto, em meio a tantas possibilidades, acabou-se confiando demais no armazenamento digital que as diversas mídias oferecem, e isso resultou também na grande facilidade de perda. Num mundo de “comunicação sem fronteiras”, de aparato tecnológico - funcional e utilitário -, o cidadão atual se depara com o desafio da preservação da memória coletiva e individual, pois documentos digitais são perdidos com a mesma facilidade com que são gerados (INNARELLI, 2009).

Pensando nisso, surgiu a necessidade de mudança do suporte como estratégia de preservação adotada, que segue uma das recomendações da política dos “Dez Mandamentos da Preservação Digital”, propostos por Innarelli (2009), posto que o documento digital é detentor de uma particularidade que é a separação entre o conteúdo e o suporte, permitindo a migração contínua da mídia.

Assim, o armazenamento em nuvens foi escolhido como melhor maneira de arquivamento para os arquivos de valor permanente, por ser uma tecnologia avançada de armazenamento que oferece praticidade, agilidade, flexibilidade, escalabilidade, redução de custos e melhor aproveitamento do espaço físico, apresentando como desvantagens apenas dois pontos: a segurança da informação e a necessidade de acesso à In-

ternet. (ARAÚJO, 2015, p.1). Ainda a despeito da definição, a computação em nuvem pode ser compreendida como um avanço tecnológico, não sendo mais necessário ocupar espaço na memória do computador ou outros dispositivos físicos de armazenamento, pois os dados da organização ou do indivíduo estarão sendo acessados pela Internet. (DIAS; RODRIGUES; PIRES, 2012, p. 60).

Com o advento da computação em nuvem as possibilidades oferecidas ao profissional da informação para preservar o objeto digital foram ampliadas. Isto se deve ao poder computacional oferecido por essa ferramenta, pelo fato dela virtualizar a infraestrutura de *hardwares*, tornando-a *software* e deixando-a escalável de acordo com a necessidade do usuário (VERAS, 2013).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão sobre como organizar a grande massa documental produzida no cotidiano foi o ponto de partida e a razão da existência desta pesquisa. Lutar contra a perda de informações e da memória em uma sociedade dita “sociedade da informação” parece contraditório, mas essa é uma relação já constatada quando se reconhece a necessidade de mecanismos representativos da informação como forma de recuperá-la. Esse é um processo que teve início com a difusão da imprensa e que vem recrudescendo desde o advento da Era da Informação Eletrônica.

Já que a Sociedade da Informação abarca todas as esferas da vida, foi encontrado no próprio ambiente doméstico o problema desta pesquisa, sendo o levantamento bibliográfico realizado no intuito de encontrar argumentos que fundamentassem o valor arquivístico dos documentos pelo fato de serem pessoais. Assim sendo, esta pesquisa realizou o fim proposto de elaborar, conforme os princípios teórico-metodológicos arquivísticos, apresentados por meio da investigação bibliográfica, e adaptados ao estudo de caso realizado, um quadro de arranjo para documentos pessoais digitais de um professor, em particular o conteúdo dos DVDs de dados gravados.

As etapas descritas no procedimento metodológico, de identificar as tipologias documentais existentes, analisar seus conteúdos e seu contexto de produção, culminaram no emprego de procedimentos de classificação adaptados à realidade do acervo em questão. A forma de arquivamento, que seguiu o esquema de classificação adotado (quadro de arranjo), proporcionou a função primordial do arquivo que é dispor os documentos de forma a servir ao usuário com precisão e rapidez.

Dessa maneira, foi desenvolvido o caráter aplicado e intervencionista da pesquisa, dada a resolução para sanar um problema de uma realidade concreta, permitindo a organização dos documentos contidos nos DVDs que se encontravam armazenados

aleatoriamente e correndo riscos de perda devido à vulnerabilidade do suporte; bem como proporcionou a rapidez e precisão na busca e recuperação dos documentos tratados.

A estratégia de preservação digital que se deu pela migração do suporte documental para uma mídia, ofereceu melhores condições de preservação em longo prazo, no caso a computação em nuvens, e que por si só oferece mecanismos de busca e recuperação de informações, funcionando ao mesmo tempo como um suporte e base de dados.

Quanto às suas contribuições, esta pesquisa coopera para a reflexão de que, frente à crescente quantidade de registros pessoais que se encontram dispersos em computadores pessoais, se faz necessário um método eficaz de organização e classificação, e que a Arquivística oferece, como demonstrado na pesquisa.

No sentido abrangente, a pesquisa revelou que os métodos de classificação arquivísticos podem ser adequados à realidade dos arquivos pessoais, mesmo com as suas peculiaridades e novas formas de registro e suporte, mostrando que qualquer indivíduo produtor e acumulador de documentos, num contexto micro ou mais amplo, pode ser beneficiado, assim, colaborando com otimização da produção, busca e recuperação de documentos, bem como da preservação da sua memória.

ORGANIZATION AND CLASSIFICATION OF DIGITAL DOCUMENTS OF PERSONAL FILES IN THE CLOUDS

Abstract

It presents theoretical and contemporary aspects about the organization of information and the constant exponential production of information and documents and proposing, from this, in the light of the archival methodological and theoretical principles, a framework of arrangement for digital documents of personal archive. It is a descriptive research that is characterized as applied as well as interventionist for proposing a resolution to a concrete problem. As for the means, the research is characterized as case study and bibliographical. Efforts were made to classify and organize the collection, which consisted in: identifying the existing documentary typologies; analyze its contents and its production context; employ appropriate classification procedures consistent with archival theory; propose a form of archiving in an arrangement chart; and migration of documentary support to alternative media with greater preservation condition. The cloud service, coupled with the structure of the arrangement, allowed a considerable improvement in the search and retrieval of documents, which were quickly and accurately found. The study tends to contribute to the sensitization of the understanding that the adoption of archival methods is necessary for the organization of the documents produced and accumulated by individuals in the private scope.

Keywords

Personal archive. Archival classification. Digital document. Digital preservation. Arrangement table.

Artigo recebido em 26/10/2018 e aceito para publicação em 20/12/2018

REFERÊNCIAS

- ARAUJO, É. **Informática Cloud Computing**. Focus Concursos on line, 2015.
- ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. (Publicações Técnicas, n.51).
- BELLOTO, H. L. **Arquivos Permanentes: tratamento documental**. 4.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- CAMARGO, A. M. A. Arquivos pessoais são arquivos. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, n. 2, p. 26-39, jul/dez. 2009.
- DIAS, J. M. F.; RODRIGUES, R. C. M. C.; PIRES, D. F. A segurança de dados na computação em nuvens nas pequenas e médias empresas. **Revista Eletrônica de Sistemas de Informação e Gestão Tecnológica**, v. 2, n. 1, p. 56-69, 2012.
- GONÇALVES, J. **Como classificar e ordenar documentos de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 1998. (Projeto como fazer, v. 2).
- INNARELLI, H. C. Preservação digital e seus dez mandamentos. *In*: SANTOS, V. B.; INNARELLI, H. C.; SOUSA, R. T. B. (Org.). **Arquivística: temas contemporâneos: classificação, preservação, gestão do conhecimento**. Distrito Federal: SENAC, 2009.
- HEYMANN, L. Q. O indivíduo fora do lugar. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, n.2, p. 40-57, jul./dez. 2009.
- LOPEZ, A. P. A. Arquivos pessoais e as fronteiras da arquivologia. **Gragoatá**, Niterói, n. 154, p. 1-140, 2003.
- MCKEMMISH, S. Provas de mim... Novas considerações. *In*: TRAVANCAS, I.; ROUCHOU, J.; HEYMANN, L. (Org.). **Arquivos Pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa**. Rio de Janeiro: FGV, 2013, p. 15-43.
- PAES, M. L. **Arquivo: teoria e prática**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- RONDINELLI, R. C. **Gerenciamento Arquivístico de Documentos Eletrônicos**. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- SCHELEMBERG, T. R. **Arquivos Modernos: princípios e técnicas**. 6. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- SANTOS, P. R. E. Arquivo pessoal, ciência e saúde pública: o arquivo Rostan Soares entre o laboratório, o campo e o gabinete. *In*: SANTOS, P. R. E.; SILVA, M. C. S. M. (Org.). **Arquivos pessoais: história, preservação e memória da ciência**. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivos Brasileiros, p. 21-50, 2012.
- SOUSA, R. T. B. A classificação como função matricial do que-fazer arquivístico. *In*: SANTOS, V. B.; INNARELLI, H. C.; SOUSA, R. T. B. (Org.). **Arquivística: temas contemporâneos: classificação, preservação, gestão do conhecimento**. Distrito Federal: SENAC, 2009.
- TAMMARO, A. M.; SALARELLI, A. A. **Biblioteca Digital**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2008.
- VERAS, M. **Arquitetura corporativa de nuvem: amazona web servisse (AWS)**. Brasport, 2013. 387 p.
- WEINRICH, H. **Lete: arte e crítica do esquecimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.